

PLANAGRÃO

PLANO NACIONAL DE FOMENTO PARA A PRODUÇÃO DE GRÃOS



LUANDA, JULHO DE 2022

ÍNDICE

SIGLAS, ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS 3

I. INTRODUÇÃO E ENQUADRAMENTO.....6

II. OBJECTIVOS8

III. DIAGNÓSTICO DA PRODUÇÃO E CONSUMO DE GRÃOS EM ANGOLA9

IV. ANÁLISE SWOT DA PRODUÇÃO DE GRÃOS 14

V. METAS A ALCANÇAR 16

VI. ORIENTAÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANAGRÃOA 17

VII. GOVERNANCE E SISTEMA INDEPENDENTE DE CONTROLO 19

VIII. CARACTERIZAÇÃO DAS CULTURAS SELECCIONADAS 19

FIGURAS

FIGURA 1: PRODUÇÃO DE ARROZ, MILHO, TRIGO E SOJA (2017-2021) 10

FIGURA 2: IMPORTAÇÃO DE ARROZ, MILHO, TRIGO E SOJA, 2017-2021 (000' USD) 10

FIGURA 3: IMPORTAÇÃO DE ARROZ, MILHO, TRIGO E SOJA, 2017-2021 (TONELADAS)..... 13

FIGURA 4: PROJECCÕES DE CONSUMO DE ARROZ, MILHO, TRIGO E SOJA (TONELADAS)..... 13

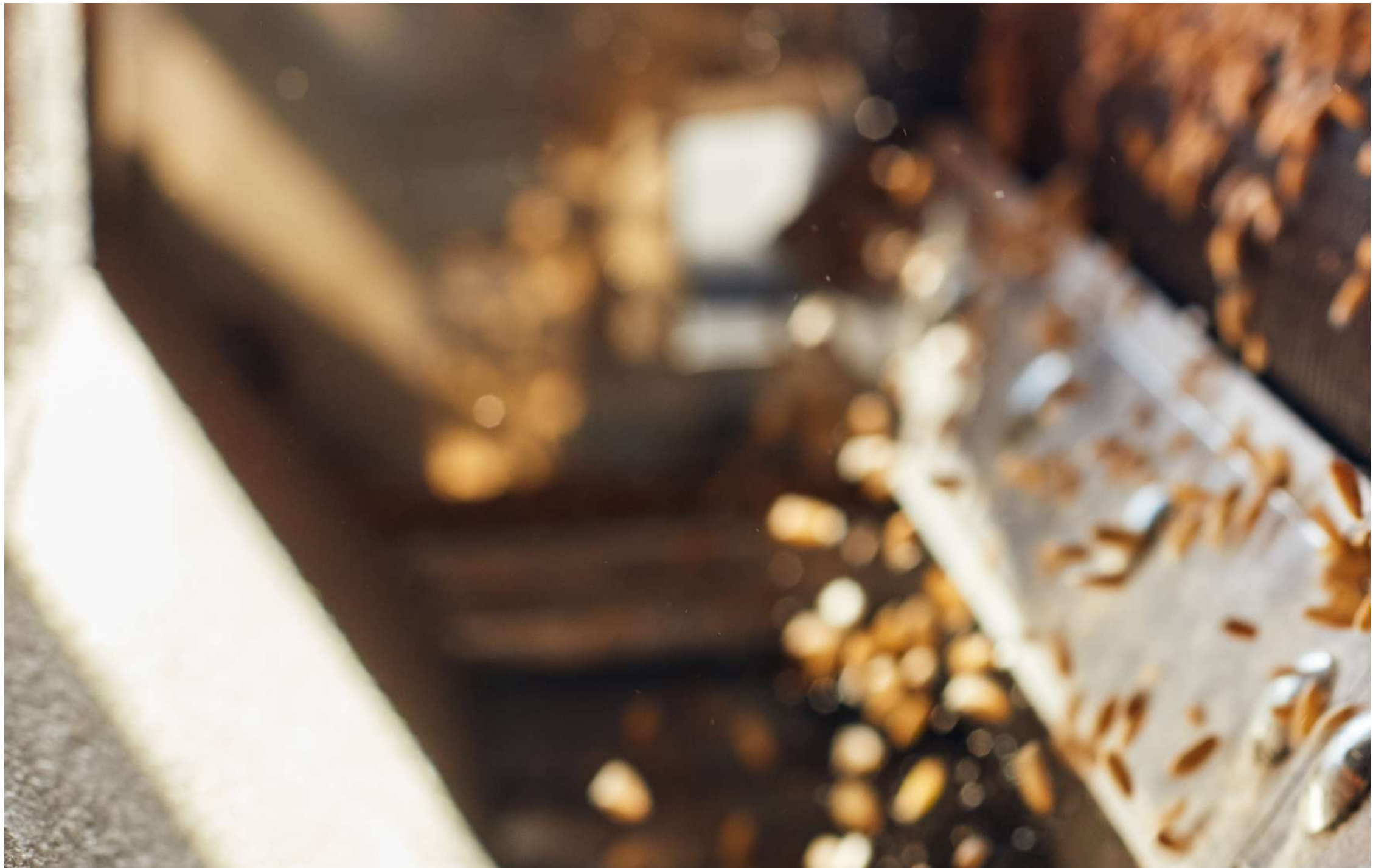
FIGURA 5: ANÁLISE SWOT 14

FIGURA 6: METAS DE PRODUÇÃO 16

FIGURA 7: FONTES DE FINANCIAMENTO (000) 18

SIGLAS, ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS

BDA	Banco de Desenvolvimento de Angola
BNA	Banco Nacional de Angola
CEEAC	Comunidade Económica dos Estados da África Central
CPLP	Comunidade de Países de Língua Portuguesa
EUA	Estados Unidos da América
FACRA	Fndo Activo de Capital de Risco Angolano
Ha	Hectare
IDE	Investimento Directo Estrangeiro
Kz Kwanza	(Moeda Nacional)
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PDN	Plano de Desenvolvimento Nacional
PIB	Produto Interno Bruto
PIE	Produtores Independentes de Energia
PLANAGRÃO	Plano Nacional de Fomento para a Produção de Grãos
PRODESI	Programa de apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações
REA	Reserva Estratégica Alimentar
SADC	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
Ton	Toneladas





I. INTRODUÇÃO E ENQUADRAMENTO

1. Plano Nacional de Fomento para a Produção de Grãos, PLANAGRÃO, é um plano de âmbito nacional que está voltado para o fomento da produção de grãos à escala comercial, para fazer face à irregularidade de oferta de grãos e fertilizantes, no mercado internacional.

2. Esse quadro é causado pela situação geopolítica, cujo impacto, segundo especialistas, será a escassez de alimentos e aumento de preços generalizados. O PLANAGRÃO, vai promover o desenvolvimento equilibrado do território nacional, a nível do sector produtivo, com mais competitividade, inovação e sustentabilidade ambiental.



Retoma do crescimento da actividade económica: PIB 2021 cresce 0,7%.

IIº trimestre de 2022: PIB cresce 3,6%.

Sector não petrolífero com desempenho robusto com um crescimento de 6,4%.



3. O PLANAGRÃO está em articulação com (i) o Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2018-2022, na medida em que materializa a Política de Fomento da Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações, implementando o Programa de Fomento da Produção Agrícola.

4. O PLANAGRÃO enquadra-se no conjunto de reformas institucionais que o Executivo tem levado a cabo, nos últimos 5 anos, que vão desde o fomento da produção agrícola interna, a melhoria do ambiente de negócios e concorrência, a melhoria da competitividade e produtividade.

5. IMPACTO DAS REFORMAS – Retoma do crescimento da actividade económica, (PIB), no I trimestre de 2022, tenha crescido na ordem de 2,6%, na sequência do crescimento económico em 2021 (0,7%), potenciado pelo desempenho robusto do sector não petrolífero.



6 O PLANAGRÃO promove transferência de conhecimento e inovação nos sectores agrícola das áreas rurais:

(i) melhorar a viabilidade das explorações agrícolas empresariais e a competitividade na produção de grãos nas regiões com as melhores características edafoclimáticas para a produção dos mesmos e promover a utilização de tecnologias agrícolas inovadoras e sustentáveis;

(ii) promover a organização da cadeia alimentar, incluindo a transformação e comercialização da produção animal e vegetal;

(iii) restaurar, preservar e melhorar os ecossistemas relacionados à agricultura;

(iv) promover a eficiência dos recursos naturais e incentivar a transição para uma economia de baixo carbono, capaz de se adaptar às mudanças climáticas no sector agrícola; e

(v) promover a inclusão social, a redução da pobreza e o desenvolvimento económico nas áreas rurais. Tudo isso vai resultar numa articulação entre o sector Público e o sector Privado, configurando um quadro no qual o Estado provencia infra-estrutura e o sector privado investe na produção.



II. OBJECTIVOS

7. A curto e médio-prazo, isto é, entre 2022 e 2027, o PLANAGRÃO visa reduzir a dependência da importação de trigo, arroz, soja e milho, e acelerar a produção e o aprovisionamento locais, com maior predominância para região Leste do País, mais concretamente, nas províncias da Lunda Norte, Lunda Sul, Moxico e Cuando Cubango.

8. O objectivo geral do PLANAGRÃO é garantir a segurança alimentar, gerar rendimento e promover a competitividade com a intenção de, a médio prazo, tornar Angola num grande produtor de grãos na região austral e central de África.





9. Para o período de 2022 a 2027, o PLANAGRÃO possui 9 objectivos específicos, nomeadamente:

- a.** Fomentar a produção de outros cereais de consumo da população, nomeadamente feijão, girassol, massango, massambala e amendoim;
- b.** Aumentar o número de empresários agrícolas (nacionais e estrangeiros), e todas as suas externalidades, nomeadamente: aumentar o emprego, atrair jovens qualificados para a agronegócio, atrair do investimento directo estrangeiro (IDE) de grandes empresas, que tragam tecnologia e know-how;
- c.** Melhorar a produtividade dos solos e a rentabilidade das explorações agrícolas;
- d.** Promover o desenvolvimento interno das cadeias de valor destes produtos, quer a montante quer a jusante, nomeadamente a transformação dos grãos para consumo humano (bebidas, óleos alimentares) e animal (rações), assim como o surgimento da indústria de insumos, alfaías agrícolas, e outros produtos derivados como produtos de limpeza, entre outros;
- e.** Promover a estabilidade de rendimento dos produtores, através do envolvimento da Reserva Estratégica Alimentar (REA), na compra de parte da produção interna ou até mesmo das compras da produção nacional pelas instituições do Estado (compras institucionais), criando condições para o escoamento da produção a preços justos; Ilustrar

f. Aumentar a investigação científica e melhorar os padrões de qualidade, controlo de pragas, produtividade dos solos e sementes melhoradas;

g. Promover o desenvolvimento agrícola (através do desenvolvimento de infra-estruturas de base), com a disponibilização de terrenos, que apresentem condições edafo-climáticas favoráveis ao desenvolvimento destas culturas, contribuindo desta forma para um desenvolvimento económico equilibrado destas regiões;

h. A médio prazo, criar condições para a exportação destes produtos, quer para a região austral de África, quer mesmo para outras regiões altamente exigentes em termos de normas e padrões de qualidade;

i. Aumentar a resiliência de Angola a choques externos, como os recentes conflitos geopolíticos ou pandemias, bem como a resiliência climática, tornando o País mais auto-suficiente do ponto de vista alimentar.

III. DIAGNÓSTICO DA PRODUÇÃO E CONSUMO DE GRÃOS EM ANGOLA

10. Em termos globais, verificou-se um aumento de 24% na produção de grãos desde 2017 até 2021, com especial destaque para a produção de milho (+25%) e arroz (+12%).

FIGURA 1: PRODUÇÃO DE ARROZ, MILHO, TRIGO E SOJA (2017-2021)

		2017	2018	2019	2020	2021		
Fileira	Culturas selecionadas	Produção (Ton.)	Produção (Ton.)	Produção (Ton.)	Produção (Ton.)	Produção (Ton.)	Variação Absoluta (2017-2021)	Variação Absoluta (2017-2021)
Cereais	Arroz	9 426	9 699	10 102	10 567	10 514	1 088	12%
	Milho	2 380 522	2 762 619	2 818 684	2 972 177	2 970 209	589 686	25%
	Trigo	8 505	4 474	9 172	9 368	8 100	-405	-5%
Leguminosas	Soja	36 001	35 266	37 350	37 961	37 317	1 315	4%
Total		2 434 454	2 812 058	2 875 308	3 030 073	3 026 140	591 686	24%

Fonte: Ministério da Agricultura e Pescas

11. Em relação ao consumo, Angola apresenta um grau de dependência significativo da importação destes produtos, tendo representado em 2021, USD 791 milhões, mais 60% do que o valor em 2017. Destes produtos, o trigo foi o que mais pesou, com 39% do total, seguindo-se do arroz com 33%. ILUSTRAR GRAFICAMENTE

FIGURA 2: IMPORTAÇÃO (USD) DE ARROZ, MILHO, TRIGO E SOJA, 2017-2021 (000' USD)

Fileira	Culturas selecionadas¹	2017	2018	2019	2020	2021	Taxa de crescimenro (Médio Anual)	Taxa de crescimenro (2020-2021)
Cereais	Arroz	23 438	251 691	286 857	347 980	263 462	83%	-24%
	Milho	161 866	123 793	77 753	71 056	73 259	-18%	3%
	Trigo	270 254	286 052	291 774	287 712	305 197	3%	6%
Leguminosas	Soja	39 083	118 314	120 673	92 567	149 839	40%	62%
Total		494 640	779 850	777 057	799 316	791 757	12%	-1%

Fonte: Administração Geral Tributária (AGT)





FIGURA 3: IMPORTAÇÃO (TON.) DE ARROZ, MILHO, TRIGO E SOJA, 2017-2021 (TONELADAS)

Fileira	Culturas selecionadas¹	2017	2018	2019	2020	2021	Taxa de crescimenro (Médio Anual)	Taxa de crescimenro (2020-2021)
Cereais	Arroz	37 420	350 725	455 352	537 971	488 722	90%	-9%
	Milho	435 506	241 376	209 706	139 762	138 984	-25%	-1%
	Trigo	588 494	634 134	595 245	768 602	599 461	0%	-22%
Leg.	Soja	23 898	144 440	182 055	77 489	98 902	43%	28%
Total		1 085 318	1 370 676	1 442 358	1 523 824	1 326 070	5%	-13%

Fonte: Administração Geral Tributária (AGT)

12. Devido à implementação do Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (PRODESI), no último ano verificou-se uma redução das importações destes produtos, inclusive do arroz, representando a maior taxa de crescimento nos últimos 5 anos dos produtos em referência.

FIGURA 4: PROJECCÕES DE CONSUMO DE ARROZ, MILHO, TRIGO E SOJA (TONELADAS)

Fileira	Culturas selecionadas	2021 Ano Base	2022	2023	2024	2025	2026	2027	Taxa de crescimenro (Médio Anual)
Cereais	Arroz	498 294	513 243	528 640	544 499	560 834	577 659	594 989	3%
	Milho	6 040 077	6 402 482	6 786 631	7 193 829	7 625 458	8 082 986	8 567 965	6%
	Trigo	567 881	601 954	620 012	638 613	657 771	677 504	697 829	3%
Leg.	Soja	225 753	246 071	268 217	292 357	318 669	347 349	378 611	9%
Total		7 332 005	7 763 749	8 203 500	8 659 297	9 162 732	9 685 498	10 239 394	6%

Fonte: Ministério da Agricultura e Pescas

13. Até 2027, projecta-se um crescimento médio anual do consumo destes produtos na ordem dos 6%, fruto do crescimento da população e dos hábitos de consumo. Deste modo, espera-se que com a implementação do Plano, a procura seja maioritariamente satisfeita com produção interna. Para tal, faz-se necessário um conjunto de medidas e investimentos direccionados para a produção.

IV. ANÁLISE SWOT DA PRODUÇÃO DE GRÃOS

14. O actual desafio da economia nacional é investir na produção de grãos em grande escala com vista a contribuir para o processo de diversificação da economia. Importa, por isso, analisar para a produção de grãos, quais as forças e fraquezas, e as oportunidades e ameaças da estratégia a ser adoptada, através da análise SWOT apresentada no quadro em baixo.

FIGURA 5: ANÁLISE SWOT

STRENGTH – FORÇAS


- Existência de mão-de-obra jovem
- Existência de instituições de investigação e formação agro-pecuária a nível nacional
- Existência de recursos hídricos
- Existência de instrumentos financeiros a nível dos bancos comerciais
- Isenção parcial de pagamento de taxas aduaneiras para a matéria-prima da agricultura
- Existência de condições edafoclimáticas favoráveis.

WEAKNESS – FRAQUEZAS

- Baixa produtividade das culturas de grãos
- Pouca mecanização no processo produtivo, processamento e transformação
- Alto nível de acidez dos solos
- Sementes de baixa qualidade ou de qualidade não certificada
- Fraco controlo de pragas e doenças
- Fraco aproveitamento dos recursos hídricos
- Inexistência de seguro agrícola e crédito especializado
- Recurso à importação da maioria dos insumos agrícolas e factores de produção
- Insuficiente capacidade instalada para o processo de demarcação de terras e concessão de títulos
- Inexistência de um código de denominação de origem
- Défice de investimento no sector agrícola
- Mercados de commodities agrícolas e cadeias de valor imperfeitos afectam tanto a lucratividade da fazenda quanto a segurança alimentar
- A lacuna de habilidades na agricultura limita a produtividade e a lucratividade
- O sector agrícola actualmente falha em maximizar a contribuição e os benefícios para mulheres e jovens
- Inexistência de preços de referência para os grãos



OPPORTUNITY – OPORTUNIDADES

- Inserção na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC) com um mercado consumidor de mais de 200 milhões de habitantes e uma zona eminente de comércio livre
 - Relações privilegiadas com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) com mais de 250 milhões de habitantes
 - O crescimento económico do sector não petrolífero está a criar mercados internos e regionais para uma gama cada vez maior de produtos agrícolas angolanos
 - Uma população relativamente jovem será incentivada ao empreendedorismo
 - A inovação agrícola pode ajudar a melhorar a segurança alimentar, aumentar a renda dos agricultores e proteger os recursos naturais
 - Subida generalizada dos preços dos grãos a nível mundial
 - Disponibilidade de terras aráveis
 - Disponibilidade financeira para investimento no sector não petrolífero pelo aumento das receitas petrolíferas
- 

THREAT – AMEAÇAS

- Domínio das cadeias de distribuição por parte dos importadores
- Morosidade e dificuldades no acesso ao crédito agrícola
- Rede de infra-estruturas de apoio à produção e distribuição precárias e/ou em construção
- Escalada dos preços e escassez dos insumos agrícolas nos mercados internacionais
- Exigente quadro normativo e de certificação para a exportação para Europa e EUA
- Alterações climáticas

V. METAS A ALCANÇAR

15. O PLANAGRÃO visa alcançar, para as explorações agrícolas empresariais, um conjunto de metas relacionadas com (i) o aumento da quantidade e qualidade dos grãos referenciados, substituindo desta forma o recurso às importações;

(ii) a melhoria da produtividade, utilizando a terra disponível de forma mais eficiente e com melhores resultados;

e (iii) o aumento da terra cultivada, com maior escala, em particular nas províncias do Leste do País.

16. Metas a alcançar até 2027, no âmbito da implementação do PLANAGRÃO.

FIGURA 6: METAS DE PRODUÇÃO

						Projectado			
Fileira	Culturas selecionadas	Área Semeada (ha)	Área Colhida em (ha)	Produção (Ton.)	Produtividade (Ton/ha)	Área Semeada (ha)	Área Colhida em(ha)	Produção (Ton.)	Produtividade (Ton/ha)
Cereais	Arroz	2 871	2 578	5 204	2,0	600 000	540 000	2 322 000	4,3
	Milho	228 986	216 434	595 713	2,8	326 030	293 427	1 467 136	5,0
	Trigo	311	309	196	0,6	673 970	606 573	1 213 146	2,0
Leguminosas	Soja	12 193	11 730	12 067	1,0	400 000	380 000	1 102 000	2,9
Total		244 361	231 051	613 180	2,7	2 000 000	1 820 000	6 104 282	3,4

Fonte: Ministério da Agricultura e Pescas





17. Assim, perspectiva-se atingir: produção total 5 002 282 toneladas dos grãos referenciados da fileira dos cereais. + 27% da taxa de produtividade, 1 102 000 toneladas de produção de grãos da cultura seleccionada da fileira das leguminosas + 182% da taxa de produtividade, perfazendo uma produção total aproximada a 6 104 282 toneladas. Ilustrar

18. Relativamente às áreas de cultivo para alcançar estas metas, serão necessários cerca de 2 milhões de hectares, comparando com os 244 361 hectares em 2021.

19. Tendo em conta as prioridades estabelecidas para cada um dos produtos, 34% desta área deverá ser alocada à produção do trigo (673 970 hectares), 30% à produção de arroz (600 000 hectares), 20% à produção de soja (400 000 hectares) e os restantes 16% à produção de milho (326 030 hectares).

20. Para estas estimativas, foram considerados os seguintes pressupostos: i) taxa de crescimento populacional de 3%/ano, ii) modernização do sistema produtivo e expansão da área cultivada, iii) investimento público no desenvolvimento de infra-estruturas e crédito às empresas a taxas de juros competitivas, e iv) benefícios fiscais ao investimento privado, nacional e internacional.

VI. ORIENTAÇÕES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANAGRÃO

6.1. ABRANGÊNCIA TERRITORIAL

21. O PLANAGRÃO vai incidir sobre o território nacional, com uma meta de 6 104 282 toneladas de grãos (trigo, arroz, soja e milho) e nas províncias do Leste de Angola, em concreto Lunda Norte, Lunda Sul, Moxico e Cuando Cubango. Tratam-se de regiões com elevada disponibilidade de terras, com pluviosidade acima de 1 200 mm/ano e solos com aptidão para a produção das culturas seleccionadas.

6.2. INFRA-ESTRUTURAS DE APOIO

22. Delimitar e lotear cerca de 2 milhões de hectares para a produção dos grãos em referência. O Estado irá disponibilizar e manter, nestes loteamentos, vias de acesso. Os acessos no interior das explorações deverão fazer parte do projecto empresarial promovido pelos promotores.

23. Promover a rápida implementação de programas de reparação das vias de acesso consideradas prioritárias para apoio ao PLANAGRÃO, para permitir a comunicação entre as zonas de produção e de consumo.

24. Facilitar a importação de equipamentos de produção de energias renováveis (isenção de direitos aduaneiros e demais impostos já definidos para este sector) para incentivar produtores independentes de energia (PIE) a instalar as suas próprias redes de produção de energia, em particular em locais onde a rede pública não chega, não só para autoconsumo, mas também para venda de eventuais excedentes de produção. Esta medida tem um duplo objectivo, não só aumentar a rede eléctrica nacional, como promover a utilização de energias mais limpas para o ambiente.

25. Espera-se ainda, que o PLANAGRÃO promova as cadeias de valor dos grãos, assim como o fomento da produção animal e sua cadeia de valor. (ilustração)

6.3. AMBIENTE DE NEGÓCIOS

26. Acelerar o processo de revisão da Lei de Terras de forma que permita ao Estado assegurar o uso efectivo da terra e promova garantias necessárias aos empresários com vista a um maior acesso ao sistema financeiro.

27. Criar uma base de dados contendo todas as informações relativas às áreas para produção de grãos referenciados e disponível para os investidores nacionais ou estrangeiros.

28. Garantir benefícios tributários competitivos por intermédio da revisão do Código dos Benefícios Fiscais e racionalização da pauta aduaneira, de forma a incluir benefícios específicos para os produtores dos grãos referen-



ciados, equiparados aos benefícios das zonas francas, mediante critérios previamente definidos pelo Executivo.

29. Intensificar e direccionar as acções de captação de investimento directo estrangeiro para a produção dos grãos referenciados, no âmbito da diplomacia económica.

4.4. RECURSOS FINANCEIROS

30. O PLANAGRÃO é um plano quinquenal que irá mobilizar investimentos públicos e privados.

31. Prevê-se, ao longo dos próximos 5 anos (2023-2027), uma disponibilização financeira do Estado de Kz 2 852,75 mil milhões, em duas componentes fundamentais, a saber (fig 8):

- i.** A primeira componente com Kz 1 178,15 mil milhões está ligada aos investimentos públicos, proporcionando infraestruturas, fundamentalmente delimitação das áreas de produção e consequente loteamento, assim como vias de acesso às mesmas.
 - ii.** A segunda componente com Kz 1 674,60 mil milhões refere-se ao financiamento do sector privado nacional para produção dos grãos referenciados, reforçando o capital disponível junto do Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA), assim como do Fundo Activo de Capital de Risco de Angola (FACRA).
- 32.** A banca comercial privada também deverá ser mobilizada para o Plano, através da continuidade de iniciativas como o actual Aviso 10/2022 do Banco Nacional de Angola (BNA), que permite à banca comercial utilizar parte das suas reservas obrigatórias junto do BNA, para apoiar projectos em determinados sectores que se entendem como prioritários, a taxas de juros mais favoráveis.

FIGURA 7: FONTES DE FINANCIAMENTO (‘000)

	Componentes	2023	2024	2025	2026	2027	2028
Investimentos Públicos	Infraestruturas	173 484 342	199 730 539	232 242 038	266 839 072	305 852 721	1 178 148 712
Total		199 730 539	199 730 539	232 242 038	266 839 072	305 852 721	1 178 148 712
Crédito Público	BDA	246 358 204	275 299 279	311 157 292	349 346 355	392 442 254	1 574 603 383
	FACRA	20 000 000	20 000 000	20 000 000	20 000 000	20 000 000	100 000 000
Total		296 358 204	325 299 279	361 157 292	399 346 355	442 442 254	1 674 603 383
Total Conjunto	AOA	439 842 546	495 029 818	563 599 329	636 185 426	718 294 975	2 852 752 095
	USD	879 685	990 060	1 126 799	1 272 371	1 436 590	5 775 504

Fonte: Ministério da Agricultura e Pescas

Taxa de Câmbio | 1USD =500 AOA



VII. GOVERNANCE E SISTEMA INDEPENDENTE DE CONTROLO

33. A rápida transformação na agricultura para o crescimento económico e a segurança alimentar ao nível das explorações exigirá investimentos estratégicos em produção, cadeias de valor e infra-estrutura de apoio. O PLANAGRÃO define os seguintes princípios orientadores para o investimento público no sector para atrair o investimento privado:

- O sector público actua como um facilitador de mercado para alavancar o investimento do sector privado e aproveitar todo o seu potencial;
- Garantir o fornecimento de bens públicos direccionados e de qualidade, que beneficiem a sociedade, mas seriam insuficientes pelo sector privado (por exemplo, infra-estrutura, pesquisa, educação, protecção social, resposta a emergências, etc);
- Garantir um ambiente propício, através de políticas agrícolas previsíveis e estáveis e marcos regulatórios e legislativos com intervenções de mercado baseadas em regras;
- Abordar as falhas do mercado por meio de instrumentos e incentivos apropriados, melhor coordenação e gestão da informação e através da capacitação.

34. O Executivo deve garantir:

- Direccionamento das intervenções, reconhecendo as necessidades e ambições dos diferentes agricultores, com flexibilidade na implementação para maximizar o impacto;
- Subsidiariedade, permitindo que os governos locais liderem o planeamento a nível local e a prestação de serviços de linha de frente, complementando e apoiando os Planos de Desenvolvimento Provinciais;

- Loteamento de terras e condições de acesso aos lotes, através da construção de vias de acesso;

- O investimento será impulsionado pelo sector privado: o Executivo reconhece o papel central que o sector privado desempenhará na transformação da agricultura de subsistência para agricultura comercial. A mudança será impulsionada por investimentos de actores privados, desde pequenos agricultores e cooperativas até fazendas comerciais em fornecedores de produção, insumos e serviços de apoio, comerciantes/exportadores, agro-processadores e agro-produtores.

35. O PLANAGRÃO é supervisionado por uma Comissão Multisectorial, coordenada pelo Ministro de Estado para a Coordenação Económica, e integrada pelos Ministros responsáveis pelos sectores da Economia, das Finanças, da Administração do Território, da Agricultura, da Indústria, do Comércio, da Energia, das Águas, da Educação, dos Transportes, Ensino Superior, das Obras Públicas e Ordenamento do Território.

36. A Comissão Multisectorial supramencionada conta com o apoio de uma Unidade Técnica de Acompanhamento, coordenada pelo Ministério da Economia e Planeamento e integrada por representantes dos Ministérios integrantes para acompanhamento periódico e eventuais propostas de revisão necessárias.

VIII. CARACTERIZAÇÃO DAS CULTURAS SELECIONADAS

Cultura de Trigo

A produção local de trigo é incipiente variando entre 11 552 toneladas na campanha agrícola de 2016/17 e 13 724 toneladas na campanha agrícola de 2020/21, considerando-se um aumento de 18,79%.

A produtividade média nacional:

familiar 618/ha
empresarial 736 kg/ha.



Grupo de Produto: Cereais		
Produção	Produto Principal	Produtos Subsidiários (Exemplos)
Trigo	Ração Animal	Farinha de trigo, Cereais, Matinais, etc Drèches, Solúveis da destilação de Trigo, et

CULTURA DO MILHO

A área controlada da produção do milho variou entre 2 638 714 ha na campanha agrícola de 2016/17 e 2 741 091 ha na campanha de 2020/21, aumentando nesse período no conjunto entre as explorações agrícolas familiares e as empresariais em 3,8%. Um pouco mais de 90% da área total cultivada foi das Explorações Agrícolas Familiares.

A produtividade nas explorações agrícolas familiares variou entre 879 kg/ha e 999 kg/ha enquanto nas explorações empresariais foi o dobro variando entre 2214 kg/ha e 2752 Kg/ha. Esta superioridade pode ser explicada por a produção ser realizada com boas práticas e melhor combinação dos insumos agrícolas pelas das explorações empresariais.

Grupo de Produto: Leguminosas		
Produção	Produto Principal	Produtos Subsidiários (Exemplos)
Milho	Ração Animal	-Fubá, Farinha, Cereais matinais, etc -Produção de combustível (etanol) -Indústria Farmacêutico -Indústria Cervejeira

CULTURA DE SOJA

As áreas cultivadas de soja das explorações agrícolas familiares mostram uma tendência decrescente da campanha de 2016/17 a de 2020/21 (27 852 ha – 24 244 ha), representando anualmente a volta de dois terços da área global ao passo que a área cultivada pelas explorações agrícolas empresariais apresentar uma tendência crescente. Em contrapartida a produção de soja no período em análise mostrou uma

subida de 36 001 toneladas na campanha de 2016/17 a 37 317 toneladas na de 2020/21 nas explorações agrícolas familiares e empresariais. As produtividades verificadas nos dois tipos de explorações agrícolas não mostram diferenças significativas, o que sugere, que provavelmente, nas explorações agrícolas empresariais não se esteja a introduzindo melhores práticas e técnicas que possam fazer a diferença.



Grupo de Produto: Leguminosas		
Produção	Produto Principal	Produtos Subsidiários (Exemplos)
Soja	Consumo Directo	-Oleo de soja, totu, molho de soja, leite de soja, etc -Cosmeticos, plásticos, tintas, etc

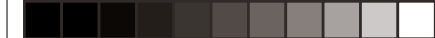
CULTURA DE ARROZ

A produção nacional do arroz passou de 9 426 toneladas na campanha agrícola 2016/17 para 10 514 toneladas na campanha agrícola 2020/21, correspondendo a um aumento de 11,5%.
A produtividade nas explorações agrícola familiares (961 – 1050 kg/ha)

mostrou-se relativamente inferior que a produtividade das explorações empresariais (1819 – 2049 kg). Enquanto a produtividade média entre as explorações agrícolas familiares e empresariais variou entre um mínimo de 1 295 toneladas/ha a um máximo de 1 337 toneladas/ha.

Grupo de Produto: Cereais		
Produção	Produto Principal	Produtos Subsidiários (Exemplos)
Arroz	Consumo Directo	-Fabricação de Cerveja -Ração Animal -Fabricação de biscoitos, cereais





PLANAGRÃO

PLANO NACIONAL DE FOMENTO PARA A PRODUÇÃO DE GRÃOS



mep.gov.ao
Ministério da Economia e Planeamento